

# A luta dos mineiros do Pejão

## 20 anos depois

### 1 - Enquadramento

No dia 26 de Janeiro do ano em curso, fez 20 anos que terminou o processo de luta dos mineiros do Pejão contra o encerramento das minas, luta que pela sua originalidade merece ficar gravada com letras de ouro na história, quer de lutas do sector, quer do movimento operário português.

O processo do encerramento das minas começou em Outubro de 1990, com a deliberação do Governo, de 4 de Outubro, de encerrá-las em Junho de 2004 (data entretanto adiada porque nesse mesmo mês realizaram-se eleições para o Parlamento Europeu).

Esta deliberação do Governo é decisiva para se compreender o desenvolvimento posterior do processo, na medida em que, a partir desse momento e em coerência com a decisão da administração da empresa e do Governo (tratava-se de uma empresa controlada pelo Estado), foi adoptada uma política de gestão orientada por aquela decisão, banindo-se, desde então, qualquer investimento que era absolutamente necessário para a continuação das minas.

Não é por acaso que, desde a deliberação do Governo de encerrar as minas, em 1990, até ao encerramento efectivo, foram destruídos à volta de 700 postos de trabalho.

Por outro lado, verificou-se outro facto demolidor, em prejuízo de uma posição de defesa da continuação da laboração das minas, que foram as rescisões por mútuo acordo feitas até 31 de Dezembro de 1994, com os trabalhadores a receberem a indemnização legal, acrescida de quatro meses de salário.

Dos 500 trabalhadores existentes à data do encerramento, apenas não foram abrangidos pelo processo de rescisões 130 trabalhadores, escalados para as operações de desmontagem das instalações, e ainda quatro trabalhadores, que se recusaram a aceitar a rescisão, vindo a fazê-lo após luta.

Assim, do ponto de vista formal, este dia 31 de Dezembro de 1994 representou o fim de qualquer hipótese de defesa das minas.

Depois foi a ideia, repetidamente propagandeada pelo Governo do PSD/Cavaco Silva, de que a partir do encerramento das minas vinha a bonança, com o desenvolvimento e modernização do concelho, o que levou a que, desde a Câmara Municipal de Castelo de Paiva a quase todas as forças partidárias locais, se aceitasse como uma fatalidade o encerramento das minas.

As próprias organizações dos trabalhadores, de algum modo, deixaram-se arrastar por aquela lógica, ao envolverem-se na discussão do «Estatuto do Mineiro» e no regime de reformas para o sector, sem que o tenham conseguido até ao encerramento das minas.

## 2 - A luta

A luta desencadeia-se então, de forma inesperada, no dia 30 de Dezembro de 1994, quatro anos depois da decisão do Governo, com os mineiros a bloquearem a entrada das minas à equipa destacada para o desmantelamento, e com o corte da EN 222, porque a Câmara de Castelo de Paiva cometeu a cabala de promover uma festa de inauguração do monumento ao mineiro, no mesmo dia do encerramento.

Entretanto, num plenário geral de mineiros realizado uns dias depois (4 de Janeiro de 1995), é eleita por unanimidade e aclamação uma Comissão Coordenadora da Luta dos Mineiros do Pejão, para coordenar e dirigir a luta, que incluiu os representantes da União dos Sindicatos de Aveiro/CGTP-IN, Joaquim Almeida e João Pereira, ambos do nosso sector.

O plenário aprovou, igualmente por unanimidade e aclamação, uma resolução que, como questão tática, começava por defender «1.º - lutar pelos postos de trabalho de todos os trabalhadores, o que passa pela reintegração imediata dos trabalhadores despedidos e pela prorrogação do prazo do encerramento das minas até que as medidas e acções prometidas pelo Governo se concretizem e tenham efeitos concretos»; «2.º - Manter o bloqueio da entrada da mina até segunda-feira, dia 9/1/1995, dia em que se realizará novo plenário de trabalhadores que decidirá as formas de luta a adoptar».

Havia argumentos para sustentar esta posição. A administração da empresa, quando da abertura do Poço 2, tinha garantido a produção por trinta anos e o poço só estava a laborar apenas há dez. O próprio Parlamento Europeu, na Resolução B3-0182/93, «entendia que só se deveria encerrar uma mina quando fosse possível fornecer aos mineiros emprego estável e que a Comunidade devia, para tanto, financiar os necessários cursos de reciclagem».

Durante as quatro semanas que durou o processo de luta, a administração e o Governo do PSD/Cavaco Silva tudo fizeram para causar desgaste, divisão entre trabalhadores e entre os trabalhadores e a população.

No dia 25 de Janeiro, a Comissão de Luta, depois de muitas peripécias, manobras de diversão e divisão, e de contra-informação, conseguiu um acordo, que foi aprovado no plenário geral de mineiros que teve lugar, no dia 26 de Janeiro.

Este plenário foi realmente decisivo, porque da sua decisão dependia a consolidação de uma vitória possível ou de uma derrota total que colocaria a luta a zero, ou seja, exactamente à data do encerramento, uma vez que a Administração/Governo fazia depender o acordo do fim do bloqueio das minas.

Por isso a Comissão de Luta dos Mineiros, como responsabilmente lhe competia, aconselhou e defendeu a aprovação do acordo, no que foi acompanhada pelo Sindicato dos Mineiros, pela nossa federação e pela CGTP-IN.

Foram algumas as formas de luta adoptadas durante o tempo que durou o conflito, mas merece especial destaque, pelo impacto político nacional que teve, inclusive na derrota eleitoral do PSD/Cavaco Silva, a extraordinária, impressionante e inesquecível manifestação dos mineiros realizada em Lisboa, no dia 17 de Janeiro de

1995, que contou com a solidariedade activa e com o apoio logístico da nossa Federação e naturalmente da CGTP-IN.

Os mineiros desfilaram do Campo das Cebolas até ao Ministério da Economia, vestidos com fato de macaco, capacete e lanterna e a cantar a Santa Bárbara. Foi realmente uma manifestação inesquecível, um momento de rara beleza humana, que impressionou e comoveu o povo de Lisboa, que, de lágrimas nos olhos, incessantemente aplaudia a passagem dos mineiros. Foi uma manifestação de tal grandeza e beleza, que só por si justificaria a luta.

### **3 - Os resultados da luta**

Em termos de reivindicações concretas, relativamente ao **desenvolvimento regional** e à **vertente social**, foi garantido:

- O projecto global da variante à EN 222, com a construção do troço entre a Ponte do Arda/Pedorido e a Ponte do Inha, para o qual ficaram logo definidos pelo Ministério do Planeamento os montantes e origem do financiamento;

- A construção do parque industrial da Lavagueiras/Pedorido, também já com montantes definidos para o arranque da primeira fase;

- Um regime de reforma a partir dos 45 anos de idade, para os trabalhadores do interior da mina, e dos 50, para os do exterior;

- Uma indemnização adicional, equivalente a um mês de salário, para além da indemnização que tinham recebido em Dezembro de 1994.

### **4 - Considerações finais**

Passados que são 20 anos sobre este extraordinário processo de luta, homenageamos os mineiros e os quadros sindicais que deram o seu contributo para aquela luta, e, em particular, a dois saudosos camaradas do sector, que já não se encontram entre nós, e que, em todos os dias que durou o processo, lutaram e sofreram, ao frio e à chuva, com os mineiros.

Referimo-nos aos camaradas João Pereira e Artur Moreira, quadros sindicais com uma consciência de classe e política acima da média, ambos do Sindicato dos Metalúrgicos de Aveiro que, cada um à sua maneira, deram um apreciável contributo para o andamento e o desfecho da luta.

Joaquim Almeida

Dirigente sindical dos Metalúrgicos, da Fiequimetal,  
da União dos Sindicatos de Aveiro e da CGTP-IN